
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos onze dias do mês de março de dois mil e quatorze, às 15h16min iniciou-se a Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Educação. Estavam presentes no momento de abertura da Sessão, os conselheiros Renato Freixela de Oliveira, Mônica Vieira Freitas, Maria de Fátima Lavrador de Castro, Márcia Cristina Lopes, Wanda Lucia Borsato da Silva, Deise de Cássia Silva de Almeida Pinto, Márcia Rodrigues Ferreira Alves, Maria de Fátima Fávero Burger de Mendonça, Rosimar Silveira Pinto, Francisco Afonso Eccard, Ricardo Bragança P. Tâmmela, Maria Celi Chaves Vasconcelos, Renata Martins Varricchio, Naara Pereira da Silva Castro, Angela Maria A. de Alcântara, Leonardo Paiva Campos e Noelma Simões da Costa.

1

Foram justificadas as ausências dos conselheiros Jelcy Rodrigues Corrêa Júnior e Gilda Beatriz.

Compareceu ainda a cidadã Teresa Freitas.

Dando início ao expediente, a presidente Dra. Professora Maria Celi Chaves Vasconcelos, cumprimentou a todos e pediu que a secretária executiva fizesse a chamada dos presentes; em seguida, em conformidade ao acordado na última reunião, foi verificado o quórum, onde foi ratificado que os conselheiros que chegassem após a tolerância dos trinta minutos não teriam a presença considerada para efeitos de votação.

Embora os conselheiros tivessem recebido a Ata da última reunião por e-mail, dias antes, foi solicitada a leitura e assim foi feito. A conselheira Mônica informou que solicitou emendas, assim como o conselheiro Francisco.

Desta forma, a Ata em questão foi aprovada por unanimidade.

Quanto ao planejamento das atividades do COMED para o ano dois mil e quatorze, a presidente esclareceu que o assunto seria tratado também em outras reuniões e questionou à coordenadora Angela se a Câmara que participa, elaborou os quesitos solicitados na reunião de fevereiro para dirigi-los à Secretaria de Educação, se estariam se reunindo, e qual trabalho estariam realizando.

A conselheira Angela entregou um prospecto e informou que estariam sim se reunindo.

Em relação ao trabalho da Câmara de Educação Básica, Maria Celi esclareceu que recebeu os pareceres, estando estes já corrigidos como o que havia sido proposto na reunião de fevereiro. Assim, quanto à autorização e fechamento de unidades privadas de Educação Infantil e abertura de unidades escolares da rede municipal, todas sem exceção, necessitariam da homologação da Secretária de Educação e posterior divulgação aos moldes do Conselho Estadual de Educação e Conselho Nacional de Educação, com a devida publicidade em Diário Oficial. Desta forma, os pareceres nº 001, 002 e 003/13 estariam prontos para despacho, conforme orientou à secretária executiva Débora em relação à sugestão da confecção de carimbo para esta finalidade e enfatizou que se decorrido o prazo legal, a Secretária de Educação não o fizesse, estariam tacitamente homologados.

O conselheiro Ricardo declarou que em visita à unidade da FASE na Estrada da Saudade, observou uma escola nomeada “Vitória Régia” e gostaria de saber dos membros da Secretaria,

especificamente da Inspeção Escolar, se haveria processo de autorização da referida em andamento, igualmente em relação à “Doce Mel” na Ponte Fones.

A Chefe da Inspeção Escolar do município, professora Márcia Cristina Ribeiro Lopes, inaugurando sua participação no ano, em substituição à conselheira Elisabete Saldanha, esclareceu que “Doce Mel” já teria sido autorizada em outro endereço e, portanto, no atual encontrar-se-ia irregular. Quanto à “Vitória Régia”, estaria tramitando o processo solicitando autorização de funcionamento.

Maria Celi aproveitou a oportunidade para asseverar que seria preciso corrigir a fala de que a Inspeção Escolar do Município é quem autoriza o funcionamento, uma vez que essa competência sempre foi do Conselho, restando a Inspeção apenas instruir e apresentar o parecer. Esta seria a tarefa principal e mais importante do Conselho e ainda frisou que as dúvidas devem ser endereçadas ao colegiado, e depois de sanadas com todo o cuidado, serão autorizadas por este e homologadas pela Secretária de Educação.

A conselheira Mônica reforçou a importância da participação da conselheira Márcia Lopes como genuína representante dos treze anos da Equipe de Inspeção Escolar do município, quando outrora o Sistema municipal de Ensino foi estabelecido.

A presidente ratificou que esta função ainda que com a parceria da Inspeção, é eminentemente do colegiado e de imediato solicitou à Inspeção, levantamento atualizado das instituições privadas que teriam dado entrada em processos de autorização de 2012 até o presente, assim como o panorama destes à proximidade de finalização e principais características de cada um.

A conselheira Márcia Alves divergiu das críticas e lembrou aos conselheiros presentes e à presidente, que as autorizações de funcionamento teriam sido realocadas nas atribuições do Conselho, somente após a Deliberação nº 001/2012, pois mesmo com o advento da Criação do Sistema Municipal de Ensino, a prática do Conselho nunca foi muito autônoma, inclusive porque faltavam pessoas para de fato fazerem o trabalho da Câmara de Educação Básica e dar os encaminhamentos necessários à Secretaria de Educação.

Maria Celi questionou quais processos foram recepcionados a partir de 2012 pela Inspeção Escolar.

Márcia Alves iterou que os processos que resultaram nos pareceres nº 001, 002, 003 de 2013 e 001 e 002 de 2014 seriam os primeiros a consagrar esta nova fase do Conselho.

Concluindo a questão, o conselheiro Ricardo lembrou a dedicação e os esforços do Conselho em 2012 para estreitar a parceria com entes capazes de cooperarem nesta tarefa tão complexa e contínua e solicitou que a Câmara de Educação Básica se posicionasse de imediato quanto às duas unidades citadas.

Márcia elucidou que antes da atuação deliberativa do Conselho, foram utilizadas outras estratégias e que o saldo positivo do “Encontro de Articulação”, foram as discussões da ilegitimidade do “poder de polícia” da Secretaria. À época, a Secretaria de Fazenda auxiliou o processo de coibir os funcionamentos desautorizados porque não expedia alvarás de localização para atendimento escolar sem prévia comunicação com a Secretaria de Educação, e na hipótese da verificação desse funcionamento, interditava o local com os procedimentos que lhes são próprios. Explicou também que essas “escolas” abrem e fecham rapidamente, de forma improvisada e quase sempre encrustadas nos bairros, não sendo tão fácil descobri-las e obstando o controle da Inspeção Escolar.

Maria Celi expôs que o planejamento das atividades do COMED deveria ser realizado como primeira atribuição, especialmente se apoiando no trabalho das Câmaras.

A conselheira Mônica sugeriu que além da presente Ata, a Câmara de Educação Básica e a de Políticas Públicas, registrasse por escrito as sugestões para a minoração da problemática juntamente com a expedição do aval da Mesa Diretora em documento próprio a ser encaminhado à Secretaria para abonar a condução das decisões do prefeito.

A presidente lembrou que o órgão normativo produz laudos técnicos que instrumentalizam o trabalho do Conselho e ponderou que a cidade de Petrópolis possuindo uma demanda expressiva de Cursos Superiores voltados para a Educação, especialmente Pedagogia, que seria oferecida por três Universidades diferentes, teria uma oferta constante de novas escolas sendo abertas, devendo ser fiscalizadas. Ilustrou que qualquer conselheiro do COMED, ao passar por um **outdoor**, deveria ter a mínima noção se aquele espaço seria ou não credenciado ao Sistema de Ensino.

A conselheira Rosimar acrescentou que especialmente no tocante à sua representação, estas observações indicam a precariedade da função docente e sugeriu incluir no levantamento a ser realizado pela Inspeção, a retomada da observação criteriosa também de instituições antigas, porque às vezes, até essas carecem de autorização, sendo possível apenas a identificação das péssimas condições oferecidas somente no ato de desligamento, denúncia ou demissão de funcionários. Convergiram na importância do reestabelecimento da fiscalização em parceria com a Secretaria de Educação, Vara da Infância, Promotoria e Conselho Tutelar.

A presidente sugeriu que após a construção da página, **blog** ou site do Conselho, estes dados ficassem disponíveis à população, facilitando o controle social originário.

Rosimar aproveitou para perguntar à Débora qual é o atual andamento dessa construção, ao que foi explicado que é preciso o suporte da Secretaria de Ciência e Tecnologia, pois o domínio fica reportado à Prefeitura Municipal. Em todo caso, o trabalho vem sendo feito, porém as prioridades têm sido outras.

A conselheira Mônica explanou que o prefeito quer ter o acesso às Atas, não somente para promover a participação dos assuntos, como para eficientemente atender às demandas geradas, e ainda considerou que as reuniões em geral têm sido filmadas para legitimar a transparência.

O conselheiro Carlos Henrique comentou que as Atas do COMED, do último ano, estão totalmente aprovadas e publicadas em tempo hábil na página da Casa dos Conselhos, possibilitando a ciência de qualquer interessado.

Márcia Alves lembrou que já existe um **blog** do COMED, porém é desconhecida a autoria no momento, inclusive porque este não é “alimentado” há tempos e sugeriu incluir o endereço na listagem.

Maria Celi determinou que a Câmara de Educação Básica elaborasse em parceria com a Inspeção, a lista de instituições abrangidas, entre as municipais e as privadas de Educação Infantil, alvo da competência da inspeção municipal, e encaminhasse à Mesa Diretora para despachar para Carlos Henrique publicar na já existente página do COMED sob a responsabilidade da Casa dos Conselhos. Declarou que tal cadastro deveria apresentar informações procedentes como número de alunos atendidos, turmas, turnos, número de funcionários, telefone, inspetora responsável...

Jorgina expôs que o Diário Oficial estaria sempre liberado para as publicações do COMED, assim como o próprio Gabinete do prefeito.

Mônica expandiu a ideia e completou que a ASCOM poderia, após preparada tal lista, fazer a devida divulgação à população, além de colaborar com o **layout**.

Considerou que este instrumento auxiliaria muito a Prefeitura, a Secretaria de Educação, o Conselho e a própria população, valorizando a função direta do próprio Conselho, e anunciando dados importantes para a Educação Petropolitana; inclusive por que, desde 2012, o Conselho sequer sabia que não teria havido pedidos de autorização de funcionamento.

O conselheiro Ricardo contribuiu sugerindo também que ficasse disponível o nome do responsável autorizado.

Maria Celi ressaltou que o serviço público precisaria ser mais vigilante e fiscalizar constantemente, periodicamente, porém deve assegurar a autonomia que a LDBEN confere a estas instituições.

O conselheiro Leonardo informou que trabalha efetivamente com a construção tecnológica destes dados e avigora que é preciso ter pautas próprias do COMED, mesmo no instrumento comum da Casa dos Conselhos e viu produtiva e eficiente a iniciativa do **blog**, porque favoreceria uma comunicação mais intimista, enquanto o **facebook** possibilitaria uma abordagem mais popular.

A presidente competiu à Câmara de Políticas Públicas, a tarefa de consultar o Regimento Interno para verificar se é possível esse espaço de divulgação, que deveria ser votado na próxima reunião, acertando desde já a colaboração do conselheiro Leonardo. Frisou que não haveria a exclusão da já existente. Explicou também que seria necessário muito cuidado nas informações postadas, para evitar conflitos jurídicos, evidenciando apenas as informações positivas.

Carlos Henrique retomou que todas as Atas publicadas, só o foram após aprovadas.

Maria Celi explicou que esta seria uma discussão didática, mesmo porque o Conselho teria autonomia regimental e, não havendo a homologação por parte da Secretária, esta deveria justificar. A Inspeção Escolar assessora e os conselheiros acompanham ou não os pareceres, inicialmente nas Câmaras, e posteriormente na Plenária.

A conselheira Márcia lembrou que já houve parecer de fechamento em relação a três instituições provocadas por intervenção do Ministério Público.

A partir da listagem, aqueles responsáveis por matricularem seus filhos em Escolas não constantes desta, arcarão com o ônus de não ter a vida escolar de suas crianças reconhecida e pautada na documentação válida, esclarecendo ainda que de 2016 em diante, a Educação Infantil – Pré –Escola, tornar-se-ia obrigatória, afirmou Maria Celi.

Rosimar reiterou que a parceria com o Conselho Tutelar, Vara da Infância e Ministério Público possibilitaria que esses poderes tomassem também as providências que são oriundas de suas competências, dividindo os papéis e responsabilidades com o COMED. Com relação ao **blog**, reforçou que seria preciso haver não só as atas, mas estatutos e demais documentos, e que todos da Mesa Diretora tivessem o domínio e as senhas. Solicitou que alguém verificasse a possibilidade de cancelamento da página do **blog** antigo.

A conselheira Maria de Fátima de Mendonça questionou como uma instituição funcionaria sem registro e como é o trabalho da Inspeção Escolar.

Márcia esclareceu que uma das atribuições da Inspeção Escolar é a fiscalização, o que vem sendo feito.

A conselheira Mônica informou que seriam quinze inspetoras escolares e que até o fim do ano, estaria ampliando o quadro para pelo menos vinte; onde estas seguiriam um roteiro de visitas, identificando e buscando corrigir situações em unidades de sua responsabilidade. Clarificou que normalmente, as inspetoras são alocadas nos bairros de suas residências, para facilitar a logística e a identificação com o trabalho das comunidades.

A presidente perguntou quantas unidades, entre públicas e privadas, são de responsabilidade de cada inspetora.

Maria de Fátima de Mendonça considerou que professor não registrado é objeto das ações do Sindicato, promovendo parcerias e atacando a situação por vários lados.

Ricardo esclareceu que haveria muitas lacunas na compreensão do assunto, porque o fluxo adotado certamente seria variável, conforme as informações trazidas pela Inspeção, na próxima reunião. Reconheceu a necessidade de uma reunião extraordinária para tratar especificamente deste assunto e ainda identificou que o trabalho não deve se esgotar nas listagens, mas na necessidade de normatizar e priorizar a proatividade do Conselho.

A conselheira Mônica reconheceu o fortalecimento da interligação da Secretaria com os Sindicatos, a Vara da Infância, e etc.

Ricardo destacou que existe uma relação de consumo proeminente, conforme os anseios de cada família e suas possibilidades.

Maria de Fátima de Mendonça falou que os funcionários só procuram o sindicato, quando são demitidos e se sujeitam a condições péssimas de trabalho frequentemente.

Rosimar pediu que se registrasse que a Secretaria de Fazenda apresentasse formalmente o quantitativo de alvarás de localização para finalidade educacional.

A presidente discordou de Rosimar porque tal ofício só alcançaria o objetivo, se contivesse os dados dos últimos cinco anos e restrito à competência municipal, isto é, Educação Infantil.

Mônica desejando não ser repetitiva resgatou que um espaço para consulta da população e trabalho dos conselheiros, de fato será materializado inicialmente, no Liceu Municipal, que abrigará o Conselho até que a reestruturação de uma sede específica para os Conselhos da Educação seja concluída. Esclareceu ainda que no momento é possível o funcionamento no prédio do Campus I, uma vez que há salas vazias e teve a certeza que a diretora Renata recepcionaria da melhor forma possível o Conselho e publicamente a agradeceu por aliviar as demandas da Secretaria de Educação.

Maria Celi declarou que o Conselho ficou muito desconfortável com a irregularidade da sede, mas agradeceu imensamente pela boa acolhida de Renata e empenho das conselheiras Jorgina e Mônica.

A conselheira Renata esclareceu o endereço e pediu que Débora agendasse um dia e horário com ela para que possa apresentar e disponibilizar o mobiliário.

Maria Celi perguntou se a próxima reunião já seria no Liceu, o que foi acatado amplamente pelos presentes e em seguida pediu aplausos pela conquista.

Jorgina concordou que esta foi uma vitória!

Carlos Henrique lembrou que no primeiro dia do mandato do prefeito anterior foi suprimida toda a estrutura outrora conquistada e solidificada pela Casa dos Conselhos. A realidade se reduziu a uma linha telefônica, dois computadores e uma única sala, abrigando apenas dois funcionários: ele próprio e Maria da Penha. Concluiu informando que as dificuldades foram agravadas por não ter havido planejamento da gestão anterior e o devido empenho financeiro.

A presidente agradeceu a Carlos Henrique pelo que foi possível durante este período e frisou que o cerne foi a disponibilidade do espaço e a infraestrutura.

A conselheira Mônica, em resposta à sugestão da utilização da Casa Barão de Mauá, informou que apresentará esta destinação na reunião de abril.

Angela divulgou que ela e as conselheiras Maria de Fátima de Mendonça e Rosimar fizeram a matrícula na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro para o curso de especialização de conselheiros e solicitou oralmente e em público à Secretária Mônica, a disponibilização de transporte.

Mônica consentiu e declarou que a também conselheira Maria de Fátima de Castro estaria responsável por providenciar o carro.

A conselheira Naara devido à falta de tempo pediu então que se incluísse na pauta da reunião de abril, a leitura da carta que teria sido escrita após reunião de avaliação da participação da escola no COMED, carta esta em agradecimento e considerações ao Conselho, pela oportunidade de partilhar o trabalho desenvolvido pela equipe da Escola Leonardo Boff, a qual preparou de comum acordo com todos os funcionários.

Maria Celi disse que a repercussão do trabalho da Escola Municipal Leonardo Boff tem se expandido inclusive no Conselho Estadual de Educação, em movimentos sociais e na tese de Mestrado "*O papel do mediador de leitura na formação do leitor*", da mestranda e diretora da E.M. Leonardo Boff, professora Angélica Domingas Pacheco da Silva de Proença.

Márcia Alves questionou se os pareceres elaborados pela Câmara de Educação Básica poderiam ser aprovados pela Plenária e qual andamento seria necessário, assim, leu os pareceres relativos ao Centro Educacional Recriar e Centro Educacional Aquarela do Saber, os quais foram aprovados por unanimidade.

A presidente perguntou se os dados conferem com as características de cada estabelecimento e como é feito pela Inspeção Escolar a consignação do quantitativo de alunos.

Márcia respondeu que é a verificação *in loco* que demonstra a capacidade máxima de absorção do espaço físico, tendo em vista as necessidades pedagógicas e as peculiaridades do atendimento infantil.

Prosseguindo a pauta, a Subsecretária e conselheira Maria de Fátima de Castro, apresentou em **Power Point** os dados atuais característicos da rede pública e específicos da rede privada de Educação Infantil, contabilizando o número de alunos do município. Ressalvou que seria imperioso excluir desse total, os alunos oriundos do Programa Mais Educação, mais de 50% das escolas de Ensino Fundamental atendidas, e alunos especiais considerados pelo MEC e com outras necessidades, que integralizariam cerca de 50% da população estudantil Petropolitana.

Maria Celi perguntou se as informações passadas seriam números de dois mil e quatorze.

Maria de Fátima de Castro afirmou que seriam sim.

Maria Celi solicitou à Maria de Fátima de Castro que essas informações fossem passadas para **banners** de divulgação para pendurar na futura sede do Conselho e sugeriu inclusive que os dados se estendessem para Geopolítica e que indicassem também as áreas melhor atendidas, as mais carentes de instituições, etc.

Mônica pediu que Maria de Fátima de Castro enviasse os dados para a ASCOM para que eles preparem o **layout** e autorizem sua produção.

Em plenária, Maria de Fátima de Castro solicitou aos membros do Conselho, representantes da Inspeção Escolar, a colaboração com subsídios.

Tendo em vista os dados apresentados, Maria Celi perguntou se os secretários escolares não seriam para todas as escolas.

A conselheira Maria de Fátima de Castro explicou que atualmente os secretários são disponibilizados apenas para as Escolas e aquelas que tenham acima de cem alunos.

Mônica reforçou que ao iniciar a gestão, deparou-se com a necessidade de estabelecer prioridades porque a situação era bastante severa devido à carência de profissionais da Educação, principalmente, professores. Em breve, estarão sendo chamados mais duzentos professores. Arrematou que entre os anos 2013 e 2014, a Secretaria de Educação terá integrado mais mil e duzentos funcionários em seu quadro.

Maria Celi destacou que seria importantíssimo passar em plenária, o quantitativo real de professores e demais profissionais em efetivo exercício na Educação municipal.

Mônica pediu que Maria de Fátima de Castro distinguisse na estatística do próximo encontro, os professores docentes dos em funções gratificadas e quais seriam estas.

Maria Celi perguntou se haveria ainda turmas sem professor.

A Secretária de Educação e conselheira informou que nos distritos Posse, Pedro do Rio, etc., ainda há uma ou outra carência de professores de História, porém acreditou que é possível o saneamento com a oferta de Extensão Temporária de Jornada e firmou o compromisso em divulgar em abril as iniciativas da Secretaria em 2013 e 2014, mesmo porque a situação encontrada no início de 2013 era tão precária que o concurso de 2011, que deveria suprir a carência dos profissionais, foi desconsiderado, sendo realizados mais de mil contratos em 2012, os quais foram duvidosamente rescindidos em vinte de dezembro de dois mil e doze e levaram à falta de oitocentos professores em janeiro de 2013. Concluiu que atualmente a carência seria efetivamente de concurso, pois todos os professores de anos iniciais aprovados foram chamados, além de outros profissionais que ainda estarão sendo chamados por mais dois anos devido à prorrogação do concurso; reforçou a necessidade da criação de outros cargos, como instrutores de libras, cuidadores para acompanhamento de crianças especiais, professor de Matemática, etc. e noticiou que a Secretaria de Administração e de Recursos Humanos já estaria trabalhando nestas ações.

A presidente lembrou que o planejamento de políticas municipais voltadas para a organização de pessoal também seria atribuição do COMED, o qual poderia dar parecer à Procuradoria para justificar e apoiar as decisões do Executivo.

Rosimar explicou que antes da publicação do Edital do Concurso, os cargos devem ser criados, uma vez que o Plano de Cargos, Carreiras e Salários não os teria previsto, assim, suas criações passariam antes pela Câmara de Vereadores.

Maria Celi considerou interessante o Conselho efetivamente participar deste momento.

Rosimar questionou Maria de Fátima de Castro se os números apresentados em **Power Point** consideraram o quantitativo de professores da Educação Básica sem as dobras, isto é, ETJ.

Maria de Fátima respondeu afirmativamente.

Mônica destacou que não são apenas 2057 turmas e 187 diretores, seria preciso interpretar os dados, então pediu que Maria de Fátima de Castro reelaborasse os dados com maiores especificações, como turmas de anos iniciais, anos finais, salas de recursos, orientadores, etc.

Maria Celi solicitou ainda que fosse discriminado inclusive o quantitativo de professores fora das escolas; na Secretaria e cedidos para a Administração Central ou outros órgãos.

A Secretária de Educação disse que utilizou a estratégia do redimensionamento de funções gratificadas e a lotação dos professores de 1º ao 5º ano, pois desta categoria de profissionais não haveria mais concursados a serem chamados.

Naara sugeriu destaque para a função dos orientadores escolares.

Assim, Maria Celi reelaborou a solicitação, pedindo detalhamento dos cargos, estrutura, etc.

Mônica esclareceu que no momento a Gestão de Pessoas tem feito um ótimo trabalho junto à Administração da Prefeitura, pois a despesa com o funcionalismo tem sido muito alta, inclusive com profissionais em desvio de função, readaptados, impedidos de contato com alunos, licenciados...

Em função do adiantado da hora, Maria Celi sugeriu que os pontos Educação Inclusiva e convênios fiquem para a próxima reunião.

A conselheira Mônica trouxe o comunicado da Assessoria Técnica em Legislação Educacional e apresentou o Ofício-carta deste lendo-o. Colocou à disposição a listagem com os processos de conveniamento, informando telefone e horário para agendar o atendimento na Secretaria, a fim de dar vistas e esclarecimentos sobre tais processos.

A presidente recebeu os documentos, e de imediato, por se tratar de assunto do interesse da Câmara de Políticas Públicas, os entregou à conselheira Angela Alcantara.

Mônica reafirmou o interesse em dar transparência e eficiência às solicitações do Conselho.

Maria Celi perguntou à conselheira Rosimar se esta participa da Câmara em questão, na negativa, solicitou que participe **ad hoc**.

Rosimar, entretanto discordou do encaminhamento realizado.

A conselheira Mônica solicitou então que a conselheira Maria de Fátima de Castro também participasse destes encontros. Pediu licença para se ausentar, informando o compromisso com a homenagem ao dia da mulher no Gabinete do Prefeito e convidou as mulheres e homens presentes para o evento.

Maria Celi noticiou que estariam todos já convidados pelo Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, no dia dezoito de março, a participarem de um evento no próprio Conselho Estadual de Educação, realizado em parceria com o Ministério Público sobre a formação da

Comissão de Diversidade e Direitos Humanos, com um Seminário que subsidiaria as discussões para uma deliberação sobre terminalidade específica.

Naara perguntou se a Secretaria de Educação pode fornecer o transporte para os conselheiros interessados.

Mônica respondeu que já haverá transporte para a conselheira Wanda e mais três funcionárias da Equipe de Educação Inclusiva, mas que a conselheira Maria de Fátima de Castro estaria responsável por organizar o transporte.

A conselheira Jorgina comunicou que ficou muito orgulhosa deste Conselho porque hoje percebeu de fato a discussão dos assuntos pertinentes à Educação: escolas, turmas, inclusão de alunos especiais, etc. e confirmou que por ora o Conselho ficaria sediado no Liceu.

A conselheira Mônica reafirmou que o COMED serve entre outras atribuições, a registrar o trabalho comprometido realizado pela Secretaria de Educação e registrar a história de Petrópolis nessa esfera, além de oferecer parâmetros do que deve ser feito.

A presidente encerrou a reunião avisando que nos apossaríamos do espaço ofertado pelo Liceu, fazendo a investidura inclusive do espaço físico com o mobiliário e documentos do Conselho, tornando mais seguro e constante o trabalho realizado.

Desta forma foi encerrada a reunião, a qual foi lavrada e assinada por mim.

Petrópolis, 11 de março de 2014.

Secretária Executiva do COMED